

Domingo, 2 de junho de 2024

Quais os critérios que determinam o reajuste salarial dos servidores federais?

Finanças é um assunto complicado. Quando se trata de administrar as finanças públicas, a questão fica ainda mais difícil pois envolve não apenas a matemática, mas também a capacidade de lidar com o fator humano e político de um processo complexo e delicado, que envolve múltiplas variáveis, desde inflação e condições fiscais até pleitos específicos de cada categoria. Com a abertura de novas mesas de negociação e a implementação de diretrizes mais rigorosas, o governo federal tenta equilibrar a valorização do funcionalismo com a sustentabilidade financeira.

Em um cenário onde dezenas de mesas de negociação serão abertas até julho de 2024, entender como os índices são estabelecidos é essencial.

1- Inflação

Os índices de reajuste são calculados com base, principalmente, na inflação acumulada durante o período do governo atual, diz o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), principal responsável pelas tratativas com os sindicalistas. Além disso, os pleitos apresentados pelas entidades sindicais nas Mesas Central, Específicas e Temporárias são levados em conta.

Essas reivindicações refletem as demandas específicas de cada categoria — e estamos falando de centenas, considerando 1,2 milhão de estatutários do país.

O governo também leva em conta as margens orçamentária e fiscal disponíveis, o que significa que os reajustes precisam ser compatíveis com a realidade financeira do país.

Da perspectiva do Sindsprev-PE, os critérios usados para formular propostas de reajuste devem também incluir a atualização

das perdas inflacionárias de 2017 até o início de 2024, considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e descontando o reajuste emergencial de 9% pago em 2023:

Divisão das mesas

A Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) aborda questões de interesse geral, como o reajuste linear de 9% concedido em 2023 e os ajustes de 52% nos valores dos benefícios, realizados em 2023 e 2024.

Além disso, até o momento, 37 Mesas Específicas foram instaladas e 12 termos de acordo foram firmados. Categorias prioritárias, como Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Agência Nacional de Mineração (ANM), Analista em Tecnologia da Informação (ATI) e Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS), foram as primeiras a serem atendidas.

Até julho, a União se comprometeu a completar a instalação dos grupos restantes, “visando a uma negociação justa e abrangente para todos os servidores”. O cronograma de instalação das Mesas Específicas é elaborado, buscando mesclar categorias com diferentes condições de inserção no serviço público, o que assegura que todas as necessidades sejam abordadas de maneira equilibrada.

O Sindsprev-PE tem acompanhado de perto as negociações, principalmente as que envolvem as questões dos servidores que compõem a nossa categoria. O coordenador geral, Luiz Eustáquio, assim como o diretor financeiro José Bonifácio estiveram em Brasília nas últimas semanas, em diferentes ocasiões, para tratar de assuntos que envolveram o reajuste salarial dos nossos servidores.